

Contribuições para a Construção do Conceito de Emancipação e suas Implicações para o Campo da Gestão Social¹

Lauro Santos Pinheiro e Airton Cardoso Caçado

Resumo

O presente trabalho faz um estudo bibliográfico a respeito da evolução dos conceitos de Gestão Social e Emancipação. É apresentado um debate teórico sobre as implicações da Emancipação para o campo da Gestão Social. O principal enfoque é aprofundar a construção do conceito de emancipação para o campo da gestão social. A pesquisa foi fundamentalmente baseada em Caçado (2011; 2013) sobre as Categorias Teóricas para a Gestão Social (2011), em que o autor, baseado na dialética negativa, aborda onze categorias. Foi analisada a inter-relação dessas categorias através das três principais: Interesse Bem Compreendido, Esfera Pública e Emancipação. O artigo avança na discussão sobre as implicações do conceito de emancipação para essa perspectiva teórica para a Gestão Social.

Palavras-chave

Gestão Social. Emancipação. Interesse Bem Compreendido. Esfera Pública. Categorias Teóricas.

Abstract

The present work is a bibliographic study on the evolution of the concepts of Social Management and Emancipation. A theoretical discussion of the implications of Emancipation to the field of Social Management is presented. The main focus is to deepen the construction of the concept of emancipation to the field of social management. The research was based mainly on Caçado's (2011; 2013) Theoretical Categories for Social Management (2011), in which the author, based on negative dialectics, discusses eleven categories. We analyzed the interrelation of three main categories: Self-Interest Rightly Understood, Emancipation and the Public Sphere. The article advances the discussion of the implications of the concept of emancipation for this theoretical perspective for Social Management.

Keywords Social Management. Emancipation. Self-Interest Rightly Understood. Public Sphere. Theoretical Categories.

INTRODUÇÃO

Gestão Social é uma expressão abrangente com diversas interpretações, que ganhou forma e delimitação através da evolução histórica não só do termo, no campo teórico, mas da ação prática, das relações interpessoais, e sua origem veio da *práxis* de pequenos grupos locais com concepções autogestoras e comportamentos emancipatórios. Assim, no contexto deste artigo, é possível afirmar que para a Gestão Social se tornar realidade, é fundamental a emancipação das pessoas envolvidas e, em contrapartida, a emancipação é o terreno fértil para a construção da Gestão Social.

Com o objetivo de aprofundar a construção do conceito de emancipação para o campo da Gestão Social, tornou-se importante e fundamental apresentar analiticamente os conceitos de Gestão Social e Emancipação, a princípio separadamente, com a finalidade de debater sobre as implicações da Emancipação para a Gestão Social. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica.

O trabalho foi dividido em três seções. Na primeira, buscou-se compreender o conceito de Gestão Social, tratando, a princípio, a terminologia e o significado prático do conceito. A segunda seção conceituou emancipação, sob o ponto de vista da construção teórica em três momentos, respondendo primeiro à pergunta: O que é Emancipação? No segundo momento, foi posto à luz do debate o que reforça o conceito de Emancipação e, por último, procurou-se acrescentar a essa construção conceitual o que pode inibir a Emancipação. Ao final, foram discutidas as implicações da Emancipação para o campo da Gestão Social. Nessa última seção, foi explicitada a contribuição de Cançado (2011; 2013) para a construção teórica da Gestão Social e da Emancipação.

DELIMITANDO O CONCEITO DE GESTÃO SOCIAL

Gestão Social é parte integrante do estudo na área de Administração, pois recebe o termo gestão antes do social. No entanto, não se limita a “gerir” alguma coisa especificamente, até porque o conceito de social é amplo e abrange vários atores ligados a um recorte histórico e cultural. Nessa perspectiva, “o adjetivo social qualificando o substantivo gestão é entendido como o espaço privilegiado de relações sociais onde todos têm direito à fala, sem nenhum tipo de coação” (TENÓRIO, 2008, p.39). Este autor refere-se a um “espaço” de relações, não a algo estruturado, como uma empresa ou um governo.

A Gestão Social parte do pressuposto da interação dos atores da sociedade e do entendimento mútuo sobre questões de interesse comum, “o foco não estava nas *partes*, mas na *interação*

entre as partes, não na finalidade, sim na interação entre finalidades” (BOULLOSA; SCHOMMER, 2009, p.5, grifos do autor). Nessa perspectiva, um dos eixos centrais à Gestão Social é a solidariedade, por isso “o grande desafio é conseguir que a interação se dê com base na solidariedade” (CARRION, 2007, p.163). A Gestão Social só é efetiva quando há participação, por isso a solidariedade é válida e “cada indivíduo tem um lugar legítimo e responsável na sociedade e, como parte de um todo social, é representativo do todo” (FOLLET, 1941 *apud* FISCHER, p.26, 2002).

Segundo Cançado (2011), “não foram encontradas as origens da terminologia Gestão Social” (CANÇADO, 2011, p.76). Ainda sobre o resgate histórico da Gestão Social, Cançado (2011) afirma que, em 1998, Fernando Tenório publicou na Revista de Administração Pública o artigo “Gestão Social: uma perspectiva conceitual”, que foi “provavelmente o primeiro texto nacional que trata, especificamente, da temática da Gestão Social” (CANÇADO, 2011, p.77).

Tenório (2008, p. 39) conceitua Gestão Social como “o processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou não governamental)”. Complementando, a Gestão Social diz respeito, portanto, a uma forma de gestão organizacional que, do ponto de vista da sua racionalidade, pretende subordinar as lógicas instrumentais a outras lógicas mais sociais, políticas, culturais ou ecológicas. (FRANÇA FILHO, 2003, p. 3).

O termo Gestão Social aparece como sinônimo de gestão do desenvolvimento social (FISCHER, 2002); também é comumente ligado à gestão local ou ao desenvolvimento local (FISCHER, 2002; PINHO, 2010; CARRION, 2007; BOULLOSA; SCHOMMER, 2009) como a maneira mais sólida e exequível de cidadania participativa.

Partindo como teoria que surgiu da prática, a Gestão Social muitas vezes é analisada como estudo de caso e, então, formula-se ou busca-se construir um arcabouço teórico, multidisciplinar, a partir da experiência. Fischer (2002) observa que o campo de gestão social é “reflexivo das práticas e do conhecimento construído por múltiplas disciplinas, delineando-se uma proposta pré-paradigmática, que está sendo formulada como agenda de pesquisa e ação por muitos grupos e centros de pesquisa no Brasil” (FISCHER, 2002, p.29). Nessa perspectiva, da *práxis* surgiu a teoria, que ainda não se firmou enquanto teoria normativa, prescritiva, mas ainda se mostra, aparentemente, como teoria descritiva.

A característica da gestão social, na sua origem, era a inexistência de enfoques prescritivos. Ela surge a partir da ação de grupos que empreendiam uma verdadeira *práxis* neste âmbito, refletindo e discutindo permanentemente sua ação e compartilhando experiências em um processo que implicava aprendizagem individual e coletiva, construída ao caminhar, ao fazer. Sua transformação em produto a ressignificou como algo que poderia, e deveria, ser ensinado por alguém a outrem (BOULLOSA; SCHOMMER, 2009, p.9).

Pelo fato dessa teoria ter surgido da experiência de grupos que empreendiam em suas comunidades, surgiu o termo, objeto do estudo deste capítulo, como forma de explicar

esse fenômeno social. Porém, “inicialmente, o esforço de compreensão e explicação destas experiências foi encontrando espaço na noção de Gestão Social, sem que sua definição alcançasse ares de excessiva precisão” (BOULLOSA; SCHOMMER, 2009, p.5).

O conceito de Gestão Social não está atrelado às especificidades de políticas públicas direcionadas a questões de carência social ou de gestão de organizações do denominado terceiro setor mas, também, a identificá-lo como uma possibilidade de gestão democrática onde o imperativo categórico não é apenas o eleito e/ou contribuinte, mas sim o cidadão deliberativo, não é só a economia de mercado, mas também a economia social; não é o cálculo utilitário, mas o consenso solidário; não é o assalariado como mercadoria, mas o trabalhador como sujeito; não é somente a produção como valor de troca, mas igualmente como valor de uso; não é tão-somente a responsabilidade técnica, mas além disso, a responsabilidade social; não é a *res privata*, mas sim *res publica*, não é o monólogo mas, ao contrário, o diálogo (TENÓRIO, 2008, p.55).

Apesar de haver algumas definições sobre a terminologia de Gestão Social e o seu campo de atuação/ação, ainda é facilmente verificável a dificuldade dos autores em conceituar, de fato, Gestão Social. Assim, a Gestão Social pode ser considerada como um termo em construção (CANÇADO, 2011; FISCHER, 2002; FRANÇA FILHO, 2003; BOULLOSA; SCHOMMER, 2008; PINHO, 2010) e recente. Por isso essa abertura para diversas interpretações e críticas sobre do que realmente trata a Gestão Social. Dessa forma, “o termo tem se prestado às mais variadas interpretações e carece de maior precisão conceitual” (FRANÇA FILHO, 2003, p.1).

Assim como todos os conceitos em construção, alguns mais avançados na delimitação das suas áreas de atuação, outros nem tanto, a área de ciências sociais está permanentemente em construção por se tratar do estudo das diversas formas da interação entre seres humanos que se encontram em constante evolução. Dessa maneira, Gestão Social não sai muito dessa linha de raciocínio, até por se tratar de uma teoria recente e, também, por envolver a tomada de decisão compartilhada.

O termo Gestão Social apresenta-se atualmente sob diversas concepções e perspectivas, conduzindo, na maioria das vezes, para o mesmo sentido, que é ter o social como foco, podendo, no entanto, alguns confundirem o sentido do termo, como foi relatado por Carrion (2007). A autora cita que em uma banca de tese de doutorado a candidata “sobrepunha indiscriminadamente as expressões gestão social e gestão ‘do’ social. O problema reside no fato de que Gestão Social não é sinônimo de transposição de princípios e postulados da gestão de negócios para o campo social” (CARRION, 2007, p.159). É provável que surja dificuldade no entendimento do sentido da expressão gestão social por envolver o vocábulo “gestão” que é predominantemente carregado de lógica mercadológica, empresarial. Não obstante, o sentido do termo gestão para a Gestão Social ganha dimensões que excedem o campo da administração tradicional, pura e simples.

Gestão Social não parece adequada para o que pretende fazer ou está fazendo, encontrando-se longe de representar efetivamente o que aspira, o que objetiva. Seria melhor algo como gestão emancipadora. O termo social é muito convencional, indefinido e carregado de

ambiguidades e pode ser aproveitado oportunisticamente (PINHO, 2010, p.3).

Pinho (2010) tece críticas a esse termo afirmando que “o rótulo Gestão Social é muito mais abrangente do que o nome está a expressar” (PINHO, 2010, p.4) e continua, de forma mais incisiva, dessa vez junto à expressão do social, alegando que “esta gestão pareceria melhor adequada ser chamada de gestão solidária e não social. O social é um termo muito fraco, indefinido, abrangente, ambíguo e anódino” (PINHO, 2010, p.6).

A alteração da Gestão Social de processo em produto, segundo Bouldosa e Schommer (2009), transformou algo inovador em “modelização”, que “precisa ser, então, compreendida por meio de detalhadas descrições. Assim, o modelo reforça o caráter de produto-inovador da gestão social, em lugar de processo-inovador” (BOULLOSA; SCHOMMER, 2009, p.9). As autoras afirmam que houve evolução no estudo da gestão social e que alcançou “aparente desenvolvimento sem precedentes, mas que esconde forte imaturidade prático-metodológica” (BOULLOSA; SCHOMMER, 2009, p.11).

Pinho (2010) faz um quadro comparativo com outros tipos de gestão a fim de questionar a melhor concepção que representaria Gestão Social. O autor inicia citando a gestão acadêmica, referindo-se às Universidades; depois gestão financeira, mencionando o trato de finanças, seja pública ou privada. Mostra, também, a gestão ambiental como gestão do meio ambiente; gestão de recursos humanos, quando se fala em gestão de pessoas, dentro de uma instituição. Porém, quando se fala em gestão social, parece que surge alguma “escuridão” e não se tem certeza sobre do que trata de fato, gerando muita ambiguidade (PINHO, 2010).

Como teoria questionada, partindo do princípio de construção histórica recente e orientada por um arcabouço teórico ainda em construção, gestão social pode surgir como uma ferramenta governamental e um instrumento eficaz de gestão, em âmbito local ou regional. Isso não quer dizer que gestão social possa ser simplificada e rotulada apenas por ser um instrumento em poder dos Estados. Pelo contrário, é um instrumento de democracia, concretizando a cidadania participativa como principal característica de ação conjunta, entre os atores participantes da ação orientada para resultados satisfatórios comuns, sem favorecimentos ou vantagens a alguém (pessoa ou instituição) em detrimento de outrem. Dessa forma, “na busca por inovação, a Gestão Social vem progressivamente afirmando-se como território de inovação e colocando-se como alternativa plausível de modelo de governo dos processos de transformação social” (BOULLOSA; SCHOMMER, 2009, p.1).

Assim, como inovação social surgida no seio das comunidades locais, Gestão Social tem se firmado a partir dos princípios orientados para o bem comum, para tomadas de decisão que satisfaçam a maioria. Nesse caso, faz-se imperativo reforçar que “os processos de inovação não costumam ser lineares, ocorrem em único sentido ou direção e de modo previamente definidos, mas sim marcados por idas e vindas e por contradições” (BOULLOSA; SCHOMMER, 2009, p. 11).

Portanto, como inovação que nasceu da prática, estruturada conceitual e metodologicamente há pouco tempo, e ainda sem uma estrutura teórica fortalecida pela relação teoria/prática, mas tão somente uma teoria ainda incipiente que surgiu da relação prática/teoria, Gestão

Social se fundamenta em experiências bem-sucedidas em nível local e por isso a delimitação do campo da Gestão Social, principalmente, se realizada de forma dialógica, não deve ‘engessar’ o próprio desenvolvimento do campo nem coibir novas práticas diferenciadas e inovadoras. Assim, o campo deve ser delimitado ‘a lápis’ e não ‘a caneta’, possibilitando mudanças (CANÇADO, 2011, p.96).

Nesse processo de consolidação teórica do campo da Gestão Social e objetivando contribuir para a construção dessa teoria, Cançado (2011) faz uma hierarquização das relações entre as Categorias Teóricas da Gestão Social. O autor propõe, nessa inter-relação, um quadro de análise com a seguinte configuração: 1) Interesse Bem Compreendido é ponto de partida da Gestão Social que abriga outras duas categorias complementares, quais sejam, a solidariedade e a sustentabilidade; 2) Esfera Pública é tratada como uma categoria intermediária do processo de Gestão Social, pois constitui o *locus* e condição essencial de seu desenvolvimento. Essa categoria abriga outras complementares: Comunidades de Prática, Democracia Deliberativa, a Dialogicidade, Interorganizações, Intersubjetividade e Racionalidade; 3) Emancipação, por fim, é o objetivo da Gestão Social (CANÇADO, 2011).

O Interesse Bem Compreendido parte da premissa de que o bem-estar social coletivo “é pré-condição para o bem-estar individual e, desta forma, ao defender os interesses coletivos, em última instância, o indivíduo está defendendo seus próprios interesses” (CANÇADO, 2011, p.164). Nesse caso, o Interesse Bem Compreendido reforça a interdependência entre os indivíduos. Já a Esfera Pública é tida como “o espaço de intermediação entre o Estado, Sociedade e Mercado” (CANÇADO, 2011, p.82). Por fim, a emancipação acontece quando o indivíduo se percebe como ser político, quando se liberta das forças de opressão e se coloca como cidadão participante da vida em sociedade.

Compreendendo Gestão Social como dialética, Cançado (2011) sintetiza a definição de Gestão Social como “um processo dialético de organização social próprio da esfera pública, fundado no Interesse Bem Compreendido, e que tem por finalidade a Emancipação do homem.” Essa dialética provém da necessidade de delimitar conceitualmente Gestão Social, diferenciando-a de Gestão Estratégica, “para evitar que tudo que não seja Gestão Estratégica seja identificado como Gestão Social, mas um conceito (ou uma perspectiva teórica) que também se percebe como não-conceito” (CANÇADO, 2011, p. 190). Essa fundamentação foi baseada na dialética negativa adorniana (CANÇADO, 2011).

Na lógica dialética, o conceito é um momento como outro qualquer. Nele, sua mediação pelo não-conceitual sobrevive graças ao seu significado, que fundamenta, por seu lado, o seu ser-conceito. O conceito é caracterizado por sua relação com o não-conceito – assim como, finalmente, segundo a teoria do conhecimento tradicional, toda e qualquer definição dos conceitos carece de momentos não conceituais, dêiticos – tanto quanto, em contrapartida, por se distanciar do ôntico como unidade abstrata dos ontos compreendidos nele. Alterar esta conceptualidade, voltá-la para o não idêntico, é a charneira da dialética negativa (ADORNO, 2009, p.19).

A delimitação conceitual proposta por Cançado (2011; 2013) “foi apresentada na perspectiva

da dialética negativa” (CANÇADO, 2011, p. 205), não como síntese, mas tão somente como proposta inicial para contribuir na construção dos fundamentos teóricos da Gestão Social.

As implicações da Emancipação para o campo da Gestão Social são baseadas na aproximação teórica de Cançado (2011; 2013). A Aproximação Teórica para a Gestão Social foi sintetizada por Cançado (2011; 2013), conforme a Figura 1, identificando as suas Categorias Teóricas. Assim, o autor afirma que “a gestão social parte do Interesse Bem Compreendido, acontece na Esfera Pública e tem como objetivo a emancipação” (CANÇADO, 2013).

Figura 1 - Aproximação Teórica para a Gestão Social



Fonte: Adaptado de Cançado (2011; 2013).

A fim de compreender com melhor precisão a Aproximação Teórica, Cançado (2011) define o sistema axiomatizado para a Gestão Social, baseado na proposta de Popper (2007), centrada na falseabilidade e sistemas axiomatizados.

1) A Gestão Social, em um contexto de Solidariedade e Sustentabilidade, tem como ponto de partida o Interesse Bem Compreendido; 2) A Gestão Social acontece em uma Esfera Pública redefinida pela Democracia Deliberativa, orientada pela Ação Racional Substantiva na dinâmica das Comunidades de Prática, que implica em Dialogicidade e Intersubjetividade, tendo as Interorganizações como elemento formal de ação. Este contexto torna possível a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade e transparência; 3) A Gestão Social tem como fim a Emancipação, que, ao ocorrer, potencializa o Interesse Bem Compreendido, em um processo social contínuo (CANÇADO, 2011, p. 191).

Por fim, voltando à análise especificadamente da emancipação, Cançado (2013) coloca que “quanto mais emancipação, mais se reforça o Interesse Bem Compreendido, tornando o processo um círculo virtuoso” (CANÇADO, 2013). Nesse sentido, a Categoria Teórica Emancipação “é entendida como fim último da Gestão Social” (CANÇADO, 2011, p.188).

CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE EMANCIPAÇÃO

O que é Emancipação

O conceito de Emancipação tem como característica a interdisciplinaridade. Nesse sentido, faz-se pertinente e válido construí-lo de maneira holística e, para esse fim, é importante consultar os autores clássicos, bem como os contemporâneos; e, através do diálogo destes com aqueles, realizar uma aproximação teórica para este conceito. É imperativo ressaltar que não existe um único conceito amplamente aceito e nem um autor unânime quando o assunto é emancipação.

Muitos trabalhos criticam o modo de vida da sociedade; a qual, com o tempo, mais precisamente desde a revolução industrial, exaltou o capital e “usou” as pessoas em prol do acúmulo indiscriminado de riqueza e poder. Nesse sentido, a maioria das críticas ao sistema concentra-se basicamente na acumulação de capital, na manipulação da sociedade que gera um povo alienado em essência e principalmente na exploração do homem pelo homem (MARX; ENGELS, 2004; MARX, 2005; MARCUSE, 1979; ADORNO, 1995; ADORNO; HORKHEIMER, 1985; HORKHEIMER, 1991; FREIRE, 1987; FREIRE, 2001; DEMO, 2006).

A primeira contribuição para a construção do conceito de Emancipação se dá pela análise da sua semântica. O verbo emancipar é proveniente do termo latino *emancipare*, de *ex* (fora de, não mais) e de *mancipium* (escravo, indivíduo dependente). Ele corresponde a uma figura jurídica já conhecida pelo direito romano, traduzindo atos de libertação legal, alforria ou interrupção da tutela e da autoridade de um sobre outrem. Emancipar remete à liberdade concedida, adquirida ou conquistada (CATTANI *et al.*, 2009, p.175).

É nesse contexto que se pretende conceituar emancipação em seus vários enfoques. Evidentemente que o tema não será esgotado, mas o objetivo desse artigo é focar o abrangente universo da emancipação como conceito rico e multiforme. Portanto, “a ideia de Emancipação, como parece inevitável com conceitos deste tipo, é ela própria ainda demasiado abstrata, além de encontrar-se relacionada a uma dialética” (ADORNO, 1995, p.143).

A participação é essencial para uma sociedade emancipada, por isso, as formas de participação têm que ser estimuladas no seio da comunidade, a fim de se formar cidadãos emancipados. Nesse sentido, “a emancipação só acontece de fato quando o cidadão exerce seus direitos políticos, que tem por essência de conteúdo a participação na vida da comunidade” (MARX, 2005, p.22). Corroborando Marx, Melo (2011) coloca que “o conceito de *práxis* política é central para a ideia de uma autoemancipação” (MELO, 2011, p.256).

Marx e Engels (2004) observam que em uma sociedade burguesa a classe proletária só pode conquistar a emancipação quando as decisões forem igualitárias, ou seja, “a ação comum nos países civilizados é uma das principais condições de emancipação do proletariado” (MARX; ENGELS, 2004, p.44). Já Paulo Freire (1987) coloca que a maturidade é uma condição básica para se lograr emancipação, e somente quando se alcança esse estágio é

que o proletariado conseguirá estar em condições igualitárias de decisão em relação à classe burguesa.

Através da manipulação, as elites dominadoras vão tentando conformar as massas populares a seus objetivos. E, quanto mais imaturas estejam politicamente, (rurais ou urbanas), tanto mais facilmente se deixam manipular pelas elites dominadoras que não podem querer que se esgote seu poder (FREIRE, 1987, p.83).

A influência da cultura no processo de Emancipação é abordada por Adorno e Horkheimer (1985) quando eles se referem à influência mercadológica, transformando a cultura apenas em um produto de troca, sem criar valor: “a cultura converteu-se totalmente numa mercadoria, difundida como uma informação, sem penetrar nos indivíduos dela informados” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.162). Nesse sentido, os autores afirmam que a real emancipação dos homens não ocorreu, porque “a própria cultura ficou doente”. Adorno (1995) coloca a televisão como a grande influenciadora no processo cultural de dominação das massas, compreendendo como uma ideologia “a tentativa de incutir nas pessoas uma falsa consciência e um ocultamento da realidade, além de procurar-se impor às pessoas um conjunto de valores como se fossem dogmaticamente positivos” (ADORNO, 1995, p.80).

Por fim, a Emancipação é abordada por Freire (1996) como uma subjetividade interferidora da realidade. Nessa perspectiva, Freire corrobora vários autores aqui abordados, como Marx e Engels, (2004); Marx, (2005); Marcuse, (1979); Adorno, (1995); Adorno e Horkheimer, (1985); Horkheimer, (1991), quando trata de Emancipação enquanto postura, ação.

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências (FREIRE, 1996, p.46).

O que Reforça o Conceito

A base da construção do conceito de Emancipação conduz ao debate da vida em sociedade: não é possível se emancipar na solidão. Nesse sentido, conceitos como Emancipação e Emancipação Social por vezes são colocados como sinônimos. Cattani (2006) coloca que “a realização e o discurso da autonomia no seu sentido coletivo também são identificados sob o conceito de Emancipação Social” (CATTANI, 2006, p. 44). Cattani *et al.* (2009) abordam a evolução conceitual, resgatando historicamente algumas das principais concepções de Emancipação. Os autores iniciam abordando a visão kantiana, a qual traz a ideia de emancipação associada à ampliação do verdadeiro entendimento que permitiria uma libertação abstrata na esfera da política, a visão de Fourier (citado por Cattani) mostra a emancipação associada à criação de um novo homem e de uma nova sociedade, e, por fim, a visão marxista conceitua emancipação como centrada na figura emblemática do operário industrial, que ao defender seus interesses, promove a ação revolucionária (CATTANI *et al.*, 2009).

O conceito de Emancipação fortaleceu-se com a contribuição de Marx sobre conflito de classes. Nesse sentido, “a orientação emancipatória ligada mais estreitamente ao projeto de Marx configurou suas abordagens teóricas e ideais práticos a partir do conceito de trabalho” (MELO, 2011, p.250). Toda a evolução histórica do estudo da vida em sociedade no século XX trouxe o tema Emancipação relacionado às relações dialéticas entre os dominados e os dominadores e a discussão geralmente é centrada na libertação dos oprimidos. Observado sob essa ótica, o conceito em questão pode se apresentar “como a afirmação de relações radicalmente diferentes das condições anteriores e presentes de opressão e dominação de uma situação vivida negativamente, onde se forjam as forças e identidades capazes de pretender outra vida” (MISOCZKY; AMANTIDÓ-de-ANDRADE, 2005, p.202).

Seguindo a orientação de Emancipação Social, é pertinente a discussão sobre o sistema capitalista, alvo da maioria dos estudos nessa área, e o seu efeito sobre o papel das pessoas na sociedade. Assim “o sistema capitalista incorpora o trabalho abstrato como uma forma de dominação social que mantém a função das estruturas objetivas e impessoais sobre as relações concretas dos indivíduos” (MELO, 2011, p.251).

A democracia não se estabeleceu a ponto de constar da experiência das pessoas como se fosse um assunto próprio delas, de modo que elas compreendessem a si mesmas como sendo sujeitos dos processos políticos. É apreendida como sendo um sistema entre outros, como se num cardápio escolhêssemos entre comunismo, democracia, fascismo ou monarquia; ela não é apreendida como se identificando ao próprio povo, como expressão de sua Emancipação. É avaliada conforme o sucesso ou o insucesso de que participam também os interesses individuais, mas não como unidade entre os interesses individuais e o interesse geral; e, de fato, a delegação parlamentar da vontade popular torna esta, muitas vezes, uma questão difícil nos modernos Estados de massa (ADORNO, 1995, p.35).

A discussão sobre o capitalismo conduz naturalmente ao debate sobre as formas de participação e o nível de conhecimento e maturidade das pessoas. Evidentemente, não é colocado aqui acúmulo de conhecimento e intelectualidade de pessoas e grupos organizados, como associações e conselhos de várias profissões de elite, como fator preponderante de participação, mas sim o esclarecimento, em face da consciência de si mesmo e da realidade como fundamento importante dentro do processo de Emancipação (FREIRE, 2001; HORKHEIMER, 1991; ADORNO, 1995). Adorno (1995) é mais enfático quando coloca que “numa democracia, quem defende ideais contrários à emancipação e, portanto, contrários à decisão consciente independente de cada pessoa em particular, é um antidemocrata” (ADORNO, 1995, p.142). A emancipação não surge ou nasce em uma pessoa ou um grupo de pessoas com características em comum, e nem se pode classificá-las por renda, *status* social, currículo acadêmico ou profissional ou idade, mas é uma transformação que leva em consideração várias perspectivas que não podem ser engendradas por um perfil estático. Por isso, “emancipação significa o mesmo que conscientização, racionalidade. Mas a realidade sempre é simultaneamente uma comprovação da realidade, e esta envolve continuamente um movimento de adaptação” (ADORNO, 1995, p.143).

O nível de esclarecimento de um povo, em grande ou pequena escala, depende muito dos

estímulos e incentivos para se alcançar tal posição crítica. Velloso (2005) cita a importância de um ambiente facilitador, que é capaz de potencializar a capacidade de criar em um indivíduo normal e “tal ambiente é aquele que propicia algumas experiências básicas por um período de tempo suficientemente longo” (VELLOSO, 2005, p.53). Para isso, é preciso ter uma “produção do conhecimento crítico orientado para a transformação” (MISOCZKY; AMANTIDO-de-ANDRADE, 2005, p.204).

Por fim, o conceito de Emancipação não pode ser trabalhado num recorte temporal, pois é um conceito atemporal, porque se pressupõe uma evolução histórica da razão crítica. Nesse sentido, “o indivíduo só se emancipa quando se liberta do imediatismo de relações que, de maneira alguma, são naturais, mas constituem meramente resíduos de um desenvolvimento histórico” (ADORNO, 1995, p.76).

O que Inibe o Conceito

A maioria das questões ou ideias levantadas em relação ao conceito de Emancipação questiona a sociedade capitalista e a coloca em posição de culpada perante o indivíduo, visto sob a ótica de um ser independente e ao mesmo tempo participante da sociedade. Outrossim, o ser humano é complexo em qualquer forma de interação social e estudá-lo, nesse sentido, torna-se um desafio. Como ser emotivo, social e racional, a interação entre os pares nasce justamente da consciência dessa pessoa sobre o mundo real e as coisas que o compõem. Pode-se afirmar que o homem é refém da sua própria consciência, partindo do princípio de que é a consciência a grande mestra e regente de nossas ações e decisões. Assim “a tarefa teórica mais importante consiste em produzir um diagnóstico de época capaz de evidenciar as condições e os obstáculos para a orientação prática” (MELO, 2011, p.251).

Levando-se em consideração a discussão que abriu esse tópico, surge um questionamento: “mas se as consciências são dominadas, como é possível a emancipação?” (LOUREIRO, 2005).

A ordem econômica e, seguindo seu modelo, em grande parte também a organização econômica, continuam obrigando a maioria das pessoas a depender de situações dadas em relação às quais são impotentes, bem como a se manter numa situação de não-emancipação. Se as pessoas querem viver, nada lhes resta senão se adaptar à situação existente, se conformar; precisam abrir mão daquela subjetividade autônoma a que remete a ideia de democracia; conseguem sobreviver apenas na medida em que abdicam seu próprio eu (ADORNO, 1995, p.43).

Então, será possível construir um conceito que para muitos ainda é considerado utopia? O termo “sociedade emancipada”, segundo o qual “os indivíduos possuem o máximo de liberdade, mas esta é pautada pela igualdade, pela reciprocidade de direitos e obrigações” (CATTANI *et al.*, 2009, p.175) é tido como sinônimo de utopia no Dicionário Internacional da Outra Economia, de Cattani *et al.* (2009). Entretanto, a teoria, nas ciências sociais, por se tratar às vezes de um mundo idealizado, pode se aproximar de utopia quando as diferenças entre essa teoria e a prática são extremas. Por outro lado, esse “mundo ideal” da

teoria busca acima de tudo uma solução prática para os problemas do “mundo real”, o que para muitos pode ser considerado irrealizável ou impossível de provar na prática, mas, no entanto, em ciências sociais, as teorias não são verificáveis em laboratório e os resultados não são confirmados em simples experiências. Por isso, “sem uma teoria social que ancore sua postura crítica no diagnóstico produzido por um materialismo interdisciplinar, toda orientação emancipatória corre o risco de se perder no mero normativo” (MELO, 2011, p.254).

A complexidade da vida em sociedade nos tempos atuais, o avanço tecnológico e as transformações ocorrendo de forma muito rápida, em relação ao comportamento humano, produzem certa carência de teoria ou soluções práticas que partam desse ponto. Muitos cientistas sociais e intelectuais criam soluções a partir de outro ponto, desconsiderando a situação atual ou observando apenas um ponto de vista, deixando escapar outras variáveis imperativas necessárias a uma visão holística da complexidade da vida em sociedade. Por exemplo, os conflitos entre a burguesia e o proletariado ainda são apresentados nos dias atuais como as únicas classes antagonistas, buscando o proletariado a liberdade. Portanto, “no mundo capitalista, ainda são as classes básicas. Contudo, o desenvolvimento capitalista alterou a estrutura e a função dessas classes de tal modo que elas não mais parecem ser agentes de transformação histórica” (MARCUSE, 1979, p.16).

Todas as formas antiemancipatórias são, de certo modo, convencionais, isto é, facilmente perceptíveis na história das relações entre soberanos e vassalos, entre dirigentes e dirigidos, definindo configurações espúrias ou legítimas do contrato social. Muito mais complexa é a forma contemporânea de controle social, que naturaliza a dominação mediante as relações capitalistas (CATTANI *et al.*, 2009, p.177).

Outro fator relevante nessa discussão diz respeito ao processo de dominação social produzido pelo sistema capitalista, o que pode se tornar evidente nas populações mais pobres. Já nas mais abastadas, talvez não seja tão visível assim, podendo se mostrar de forma subliminar. Contudo, independentemente desse aspecto técnico, classificando as pessoas pela renda, é “na incapacidade do pensamento em se opor, que já se encontra à espreita o potencial de enquadramento e subordinação a uma autoridade qualquer, do mesmo modo como hoje, concreta e voluntariamente, a gente se curva ao existente” (ADORNO, 1995, p.71). A aceitação do modo de vida atual submete as pessoas, independentemente do nível de instrução educacional, a uma harmonia entre conceitos contraditórios e, até pouco tempo, antagônicos, como liberdade e opressão, burguesia e proletariado e, por último, dominador e dominado.

A crescente produtividade do trabalho cria um produto excedente que, quer particular, quer centralmente destinado e distribuído, permite um consumo aumentado. Enquanto prevalecer essa constelação, ela reduzirá o valor de uso da liberdade, não havendo razão alguma para insistir na autodeterminação se a vida administrada for confortável e até ‘boa’ (MARCUSE, 1979, p.63). Marcuse (1979) argumenta que, enquanto a vida na sociedade atual for considerada “boa”, por que haveria de mudar alguma coisa? Adorno (1995) afirma que “o problema propriamente dito da emancipação hoje é se e como a gente – e quem é a

gente’, eis uma grande questão a mais – pode enfrentá-lo” (ADORNO, 1995, p.182).

A sociedade orientada para o capital considera as pessoas como meio para se alcançar o objetivo maior, o lucro. Enquanto as pessoas se apresentarem assim e estiverem satisfeitas com isso, qualquer tentativa de mudança será bloqueada, mesmo que seja para alcançar a autonomia e a emancipação.

A sociedade, tal como ela existe, mantém o homem não-emancipado, mas qualquer tentativa séria de conduzir a sociedade à emancipação é submetida a resistências enormes, e porque tudo o que há de ruim no mundo imediatamente encontra seus advogados loquazes, que procurarão demonstrar que, justamente o que pretendemos encontra-se há muito superado ou então está desatualizado ou é utópico (ADORNO, 1995, p.185).

Portanto, um indivíduo emancipado tem a capacidade de criticar a realidade, posicionando-se no contexto e agindo com o objetivo de transformá-la. É nesse sentido que a participação se torna uma consequência natural do emancipado. Evidentemente, que existem inúmeras motivações que conduzem uma pessoa a participar, por exemplo, de interesses econômicos ou profissionais, entretanto, participação é tratada aqui como posicionamento da pessoa orientada para a transformação social que beneficie o coletivo. Por fim, emancipação é o resultado da consciência crítica daquele que busca a transformação da realidade, visando unicamente o benefício coletivo, em função de uma participação ativa, traduzida em ações organizadas e, portanto, eficazes.

GESTÃO SOCIAL CONDUZ À EMANCIPAÇÃO

Emancipação diz respeito ao comportamento de um indivíduo enquanto cidadão que compreende-se seja “aquele que atua como protagonista com a sua comunidade por meio do diálogo e não do monólogo, do interesse comum e não do individual, da *res pública* (coisa pública) e não da *res privacta* (coisa privada)” (TENÓRIO, 2007, p.25). Tenório (2007) entende os conceitos de Emancipação Social e Cidadania como sinônimos, de certa forma, partindo do princípio de que uma pessoa emancipada entende e interage com o seu contexto social e esse conceito também pode ser usado para cidadania. Assim, “o cidadão é aquele que entende que o bem-estar da sua comunidade política, do seu município, do seu local, enfim do seu território, depende da responsabilidade coletiva” (TENÓRIO, 2007, p.44) e para que o indivíduo consiga alcançar o *status* de cidadão, é necessário conquistar a consciência crítica, que faz parte do processo de Emancipação.

Teixeira (2001) corrobora Tenório (2007) quando aproxima os conceitos de cidadania e participação fazendo uma unificação, surgindo, assim, o conceito de Participação Cidadã como o “processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações” (TEIXEIRA, 2001, p.30).

Cançado (2011) afirma que a Gestão Social, enquanto prática, “norteada pelas características, [tomada de decisão coletiva, sem coerção, transparente, baseada na intersubjetividade

e dialogicidade], ao ampliar as possibilidades de emancipação, tende a reforçá-las” (CANÇADO, 2011, p.100). Portanto, não se deve atribuir os benefícios da Gestão Social a apenas um dos atores participantes, mas, em contrapartida, ou Gestão Social beneficia a todos os envolvidos, cada um com a sua necessidade atendida total ou parcialmente, ou perde sua característica, enquanto instrumento de tomada de decisão compartilhada e democrática. Não obstante, a tomada de decisão é ator central no que diz respeito à gestão social, portanto, “uma característica que perpassa toda a discussão realizada até aqui é a tomada de decisão coletiva como uma das bases da Gestão Social” (CANÇADO, 2011, p.98).

Nesse sentido, adentrando o debate das características da Gestão Social, fica evidente que se tem “a Emancipação como o próprio objetivo da Gestão Social enquanto processo baseado na Cidadania Deliberativa” (CANÇADO, 2011, p. 99). Assim, a dialogicidade surge como a primeira característica da Gestão Social, porque “se a decisão é coletiva efetivamente, a coerção é estranha ao processo e o entendimento (e não a negociação) deve ser seu caminho” (CANÇADO, 2011, p. 99). Desse processo de dialogicidade, surge o conceito de Emancipação, por se tratar de algo que envolve o esclarecimento das pessoas envolvidas. A partir do momento em que os participantes de uma tomada de decisão coletiva têm como princípio o Interesse Bem Compreendido, ou seja, o bem comum é o primeiro objetivo, não pode existir o individualismo e nem imperar os interesses particulares em detrimento do coletivo. Em outras palavras, constando a característica dialogicidade no processo de tomada de decisão coletiva, a Gestão Social conduz à Emancipação dos atores envolvidos.

Outra característica essencial de Gestão Social é a transparência. Para que essa característica conduza à Emancipação, é imprescindível que se posicione como princípio norteador do comportamento individual, durante o processo de interação, para o sucesso da tomada de decisão coletiva, “pois, se o processo decisório passa pelo entendimento, pela utilização da linguagem e comunicação entre as pessoas, as informações devem estar disponíveis a todos, o segredo e a assimetria de informações são estranhas a este processo” (CANÇADO, 2011, p. 99).

Portanto, nesse processo de emancipação, na tomada de decisão coletiva, não pode existir a coerção. Além disso, “a tomada de decisão é baseada no entendimento, na argumentação e não na negociação no sentido utilitário do termo” (CANÇADO, 2011, p. 99). Por isso, “tem-se a Emancipação como o próprio objetivo e resultado da Gestão Social enquanto processo baseado na cidadania deliberativa” (CANÇADO, 2011, p. 99). Por fim, Cançado (2011) sintetiza as características da Gestão Social em um conceito importante para se entender que a Emancipação é o objetivo final da Gestão Social, bem como as suas características conduzem espontaneamente à Emancipação.

A Gestão Social é a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último (CANÇADO, 2011, p. 99).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs-se a aprofundar a construção do conceito de Emancipação. No campo da Gestão Social, o estudo da Emancipação é imprescindível por se tratar do objetivo final da Gestão Social. Assim, a principal contribuição deste estudo foi pesquisar as implicações da Emancipação para o campo da Gestão Social. Para discutir essa ideia, foi importante fazer um estudo bibliográfico relacionado aos conceitos de Gestão Social e Emancipação. A teoria da Gestão Social foi fundamentalmente baseada no conceito de Cançado (2011; 2013) sobre as Categorias Teóricas e a Aproximação Teórica para a Gestão Social. Com isso, foi possível construir um cenário teórico ideal para a Gestão Social, que parte do Interesse Bem Compreendido, acontece na Esfera Pública e tem como objetivo a Emancipação. Através do debate sobre Emancipação aqui empreendido, houve contribuição para a construção teórica desse tema, levando-se em consideração que esse capítulo objetivou responder a três questões fundamentais para compreender a teoria: O que é Emancipação? O que reforça o conceito? O que inibe o conceito? O debate sobre as implicações da Emancipação para a Gestão Social foi fundamentado nas características da Gestão Social (tomada de decisão coletiva, sem coerção, transparente, baseada na intersubjetividade e a dialogicidade). Dessa forma, este trabalho de caráter inédito do debate no campo da Gestão Social, por meio das suas características, contribuiu para a construção teórica do conceito de Emancipação.

Novos estudos poderiam ser empreendidos no campo da Emancipação, analisando as características da Gestão Social na participação popular institucionalizada como, por exemplo, nos Conselhos Municipais, no Legislativo local ou no Orçamento Participativo. Através deste estudo, poderia ser mensurada a Participação Cidadã a partir dos instrumentos já institucionalizados de participação popular.

NOTAS

1 Uma versão anterior desse texto foi publicada no Cadernos Gestão Social.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Dialética negativa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, 352p.

_____. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

BOULLOSA, Rosana; SCHOMMER, Paula Chies. Gestão Social: Caso de Inovação em Políticas Públicas ou mais um Enigma de Lampedusa? In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 3, 2009, Juazeiro/Petrolina. **Anais...**, Juazeiro/Petrolina: NIGS/UNIVASF, 2009. 1 CD ROM.

CANÇADO, Airton Cardoso. **Fundamentos Teóricos da Gestão Social**. Lavras: UFLA,

2011. 246 p.

_____. *Gestão Social* (verbete). In: **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho** (no prelo).

CARRION, Rosinha Machado. *Gestão Social: Especificidades e Práticas em Discussão*. In: SILVA, Junquillo Gelson; FARIA, Alexandre; BIANCO, Mônica; BEHR, Ricardo; PETINELLI-SOUZA, Susane (Org.). **Tecnologias de Gestão: Por uma Abordagem Multidisciplinar**. Vitória: EDUFES. Vol. II. 2007.

CATTANI, Antonio David. *Autonomia – Emancipação Social*. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (Org.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2006, 358p.

_____; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009, 346p.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política**. São Paulo: Cortez, 2006.

FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: Marcos Teóricos e Avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, p.12-32, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. *Gestão Social: Um Conceito em Construção*. In: Colóquio Internacional sobre Poder Local, 9, 2003, Salvador. **Anais...**, Salvador: CIAGS/UFBA, 2003. 1 CD ROM.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros Escritos**. 9. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 29. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

HORKHEIMER, Max. *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*. In: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Textos Escolhidos**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991, 160p. (Os pensadores; 16).

LOUREIRO, Isabel. Herbert Marcuse: Anticapitalismo e Emancipação. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 28, n. 2, p.7-28, 2005.

MARCUSE, Hebert. **A Ideologia da Sociedade Industrial: O Homem Unidimensional**. 5. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, 240p.

MARX, Karl. **A Questão Judaica**. São Paulo: Centauro, 2005.

_____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004, 152p.

MELO, Rúrion. **Teoria Crítica e os Sentidos da Emancipação**. Caderno CRH, Salvador,

v. 24, n. 62, p.249-262, maio/ago. 2011.

MISOCZKY, Maria Ceci; AMANTINO-DE-ANDRADE, Jakeline. **Uma Crítica à Crítica Domesticada nos Estudos Organizacionais**. RAC, v.9, n. 1, jan./mar. 2005.

PINHO, José Antônio Gomes de. Gestão social: Conceituando e Discutindo os Limites e Possibilidades Reais na Sociedade Brasileira. In: RIGO, AriádneScalfoni; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; SCHOMMER, Paula Chies; CANÇADO, Airton Cardoso. **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda**. Recife: UNIVASF, 2010.

POPPER, Karl. **A Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo: Cultrix, 2007, 568p.

VELLOSO, Marta Pimenta. Os Catadores de Lixo e o Processo de Emancipação Social. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.10 (sup), p.49-61, 2005.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global: Limites e Desafios à Participação Cidadã**. São Paulo: Cortez; Recife: Equip: Salvador: UFBA, 2001.

TENÓRIO, Fernando G. (Org.). **Cidadania e Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: UNIJUÍ, 2007, 632p.

_____. (Re)visitando o Conceito de Gestão Social. In: SILVA Jr., Jeová Torres; MÁISH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies. **Gestão Social: Práticas em Debate, Teorias em Construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

**Lauro Santos
Pinheiro**

Mestre em Desenvolvimento Regional pela UFT; especialista em Didática do Ensino Superior pela FAMA, graduado em Administração pela Universidade Estadual do Maranhão, professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA.

**Airton
Cardoso
Cançado**

Pós-Doutorado em Administração (EBAPE/FGV), doutor em Administração (UFLA), professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e do Curso de Administração da Universidade Federal do Tocantins – UFT, membro do NESOL/UFT e membro da Rede Brasileira de Pesquisadores em Gestão Social – RGS. airtoncardoso@yahoo.com.br